



## **8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social**

**Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas**

**Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020**

---

**Eixo: Mundo do trabalho.**

### **Plano Progredir: a Bancarização da Política de Assistência Social**

**Juliane Feix Peruzzo<sup>1</sup>**

**Nathalia Tamiris Carvalho de Luna<sup>2</sup>**

**Angela Santana do Amaral<sup>3</sup>**

**Ariadne Samila Martins de Oliveira<sup>4</sup>**

O trabalho apresenta os resultados e as discussões da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Plano Progredir: a bancarização da política de assistência social”<sup>5</sup>, desenvolvida de agosto/2018 até julho/2019. O objetivo foi estudar o Plano Progredir<sup>6</sup> visando compreender a dinâmica e seu alcance junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico. A questão da bancarização ou transferência de dinheiro para a população de baixa renda perpassou, ao longo dos governos petistas, todas as políticas identificadas como sendo de “inclusão produtiva” - marcadamente identificadas nos Programas de Microcrédito e do Microempreendedor Individual. O estudo destes dois programas, em pesquisas anteriores, já indicava um distanciamento com os pilares da Política de Assistência e uma adesão à lógica da transferência de renda e ao empreendedorismo. No entanto, a criação do Plano Progredir, intensificou ainda mais a ideologia empreendedora e a bancarização para a população de baixa renda. O Plano está orientado por quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 1) combate à pobreza através de linhas de microcrédito; 2) erradicação das desigualdades sociais; 3) promoção de trabalho decente e; 4) acesso à educação de qualidade e à formação de empreendedores. O foco dessas ações é desenvolver capacidades, tendo como intuito o incentivo ao empreendedorismo, de modo a oportunizar a população de baixa renda, ampliar e

---

<sup>1</sup>Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. E-mail: [peruzzo.juliane@gmail.com](mailto:peruzzo.juliane@gmail.com). Com concordância expressa para divulgação.

<sup>2</sup>Graduanda em Serviço Social pela UFPE. E-mail: [ntcluna@hotmail.com](mailto:ntcluna@hotmail.com). Com concordância expressa para divulgação.

<sup>3</sup>Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. E-mail: [angelaufpe@yahoo.com.br](mailto:angelaufpe@yahoo.com.br). Com concordância expressa para divulgação.

<sup>4</sup>Graduanda em Serviço Social pela UFPE. E-mail: [ariadne.samila@hotmail.com](mailto:ariadne.samila@hotmail.com). Com concordância expressa para divulgação.

<sup>5</sup> Pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ.

<sup>6</sup> Promulgado no Governo de Michel Temer (2016-2018) através do decreto de nº 9.160, por meio do Art. 1º, em que diz: “fica instituído o Plano Progredir, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que constitui um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – Cadastro Único” (BRASIL, 2017).

fortalecer a inserção no mundo do trabalho, apostando que estes seriam os meios para a “porta de saída” dos beneficiários do PBF. O estudo apontou outra direção. O que ocorreu foi um aumento de beneficiários do PBF; crescimento dos índices de pobreza e de desigualdade, elevação do trabalho informal e a focalização em cursos voltados à difusão da ideologia empreendedora. Estas constatações foram também evidenciadas nas pesquisas empíricas. Segundo o Visualizador de Dados Sociais (VIS DATA), em 2016, 13,5 milhões de famílias foram beneficiadas pelo PBF e até o mês de dezembro de 2018 os números aumentaram, chegando à casa de 14,1 milhões de famílias. Quanto à erradicação da pobreza e da desigualdade no Brasil, os números – cuja perspectiva deveria ser combatida por meio de linhas de microcrédito – subiram de 25,7%, em 2016, para 26,5% em 2017. Em 2018, apesar de ter ocorrido redução de 0,7% em relação ao ano anterior, os índices de pobreza ainda são considerados altos, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2018 e 2019, respectivamente). Estas mesmas evidências foram constatadas nos índices de desigualdade. O Coeficiente de Gini mostrou, segundo o IBGE, que era 0,537 em 2016, em 2018 foi 0,545. Quanto ao acesso às linhas de microcrédito<sup>7</sup>, foram ofertados 3,35 bilhões ao público do CadÚnico com 1.154.367 de operações, sendo 66% para os beneficiários do PBF, do período de setembro/2017 até maio/2018. Revelou-se que o incentivo ao microcrédito para esse público não tem “emancipado e nem dado “autonomia”, como perpassa um dos objetivos do Plano. Quanto à meta da promoção de trabalho decente, o que se observou foi o aumento da informalidade e aposta em ofertas de cursos profissionalizantes, cujo direcionamento era a difusão da ideologia empreendedora. Segundo dados da SIS (2019), a informalidade cresceu entre os anos de 2016 e 2018, atingindo 35.410 pessoas e 38.294, respectivamente. O vínculo com o incentivo ao empreendedorismo pode ser observado pelos cursos disponibilizados para que as famílias de baixa renda pudessem investir no seu próprio negócio. Como por exemplo: educação financeira, inclusão digital e como ser um empreendedor. Por fim, podemos apontar que o Plano Progridir vem descaracterizando a política de assistência social, estabelecendo que a dimensão da inclusão produtiva ganhe a identificação de inclusão financeira e adesão à ideologia do empreendedorismo - lógicas que cada vez mais se distanciam de oferta de políticas públicas de geração de trabalho protegido socialmente pelo Estado.

---

<sup>7</sup> Informações retiradas do Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 33, 2018.